

LINHAS DE CRÉDITO VOLTADAS AO AGRONEGÓCIO: um estudo em pequenos municípios do Alto Vale do Itajaí entre 2012 e 2018.

Erlen Karla Lopes Voss¹
Luiz Alberto Neves²

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar as linhas de crédito rural disponíveis nos bancos públicos e privados nos municípios no Alto Vale do Itajaí, Santa Catarina, entre os anos de 2012 e 2018. A agricultura é um setor econômico que influencia de forma muito significativa o desenvolvimento do Brasil. A agropecuária participa ativamente da economia do país, sendo responsável por mais de 22% do Produto Interno Bruto Nacional (MDA, 2014). Será apresentado as principais características do crédito rural, apresentado de forma estadual e em seguida a região de estudo. As normas e diretrizes das linhas de crédito também estão apresentadas através de uma tabela com detalhes sobre prazos, taxas de juros e quem tem direito a cada linha de crédito. Como instrumento de coleta de dados utilizou-se a pesquisa documental e bibliográfica de autores e instituições que abordam o tema. Os municípios do Alto Vale do Itajaí que serviram de base para o estudo tem economia predominantemente agrícola, com inserções de comércio e indústria, com maior relevância no município de Rio do Sul.

Palavras Chave: crédito rural, bancos, desenvolvimento.

ABSTRACT

The present paper aims to present the rural credit lines available in public and private banks in the municipalities of Alto Vale do Itajaí, Santa Catarina. between the years of 2012 and 2018. Agriculture is an economic sector that influences in a very significant

¹Pós-Graduanda do Curso de Desenvolvimento Regional Sustentável do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI. Pós- Graduada em Gestão de Pessoas pelo Centro Universitário para o Desenvolvimento para o Alto Vale do Itajaí Bacharel em Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI.

² Professor Orientador. Graduado em Economia, Mestre em Desenvolvimento Regional. Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI). seven@unidavi .edu .br

way the development of Brazil. The agricultural sector participates actively in the country's economy, accounting for more than 22% of the Gross Domestic Product (MDA, 2014). The main features of rural credit, presented at the state level and then the study region, will be presented. The rules and guidelines of the lines of credit are also presented through a table with details on deadlines, interest rates and who is entitled to each line of credit. As a data collection instrument, the documentary and bibliographical research of authors and institutions that deal with the subject was used. The municipalities of the Upper Vale do Itajai that served as the basis for the study have a predominantly agricultural economy, with trade and industry insertions, with greater relevance in the municipality of Rio do Sul.

Key words: rural credit, banks, development.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil tem hoje 388 milhões de hectares aptas a agricultura e com alta produtividade, essa informação por si só já faz o brasileiro ter vocação para o agronegócio e para a pecuária, e faz com que o Brasil seja um dos maiores fornecedores mundiais de produtos agropecuários.

A atividade rural é uma das principais bases da economia brasileira, o que a torna muito dependente de financiamento para produzir, investir e comercializar seus produtos. O setor financeiro desempenha um papel fundamental para a expansão e o desenvolvimento do agronegócio.

Segundo Kessel, 2004, o crédito rural atinge em média 25% dos produtores rurais, conforme levantamento do censo agrícola. A distribuição do crédito é muito concentrada em grandes produtores. No ano de 1996 cria-se o PRONAF, programa específico a agricultura familiar.

Segundo pesquisa com os maiores estabelecimentos privados que operam com crédito rural, os 10% maiores clientes representam cerca de 80% do valor acumulado em financiamentos, enquanto no Banco do Brasil, cerca de 6% absorvem 73% dos saldos de créditos agrícolas.

Nos últimos 10 anos o agronegócio corresponde entre 20% e 23% do PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil. O crédito agrícola tem influenciado diretamente nesses índices, visto que promove o aumento da produtividade e da renda. O estado de

Santa Catarina tem grande relevância no PIB nacional, pois é um dos líderes na produção e exportação de produtos agropecuários.

O crédito rural vem modificando a estrutura e o desenvolvimento do campo, com linhas específicas ao produtor rural e período mais longo para o pagamento desses créditos, fazendo com que regiões antes com baixa produção consigam aumentar consideravelmente seus índices e gerando mais desenvolvimento.

Com o objetivo de apresentar as linhas de crédito disponíveis para o desenvolvimento rural no Alto Vale do Itajaí o presente trabalho vem com o intuito de apresentar o quanto as linhas de crédito, bem como as políticas públicas de crédito rural estão desenvolvendo regiões, como é o caso do Alto Vale do Itajaí.

Utilizou-se a metodologia bibliográfica e a pesquisa documental, estudou-se o período entre 2008 e 2018, e encontrou-se uma grande dificuldade na apresentação de dados técnicos sobre a economia dos municípios estudados e quanto elas vem acrescentando na economia do estado.

2 AGRONEGÓCIO NO BRASIL

Com uma participação expressiva no PIB brasileiro, o agronegócio vem ganhando cada vez mais destaque, com uma enorme quantidade de terras agricultáveis, e com abundância de água o país tem condições favoráveis para o agronegócio. O conceito de agronegócio implica na ideia de cadeia produtiva, com seus elos entrelaçados e sua interdependência. A agricultura moderna extrapolou os limites físicos da propriedade.

Dependendo, cada vez mais, de insumos adquiridos fora da fazenda, e sua decisão do que produzir, quanto e como está fortemente relacionada ao mercado consumidor. Há diferentes agentes no processo produtivo, inclusive o agricultor, em uma permanente negociação de quantidades e preços (BACHA, 2000).

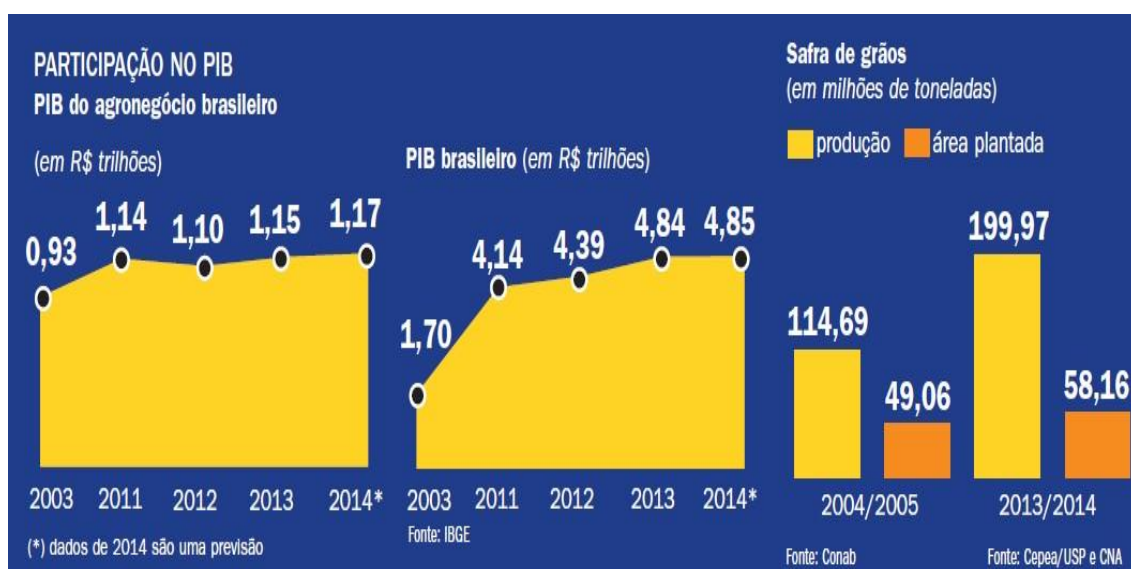
Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, MAPA, o agronegócio brasileiro foi responsável por 23,5% do PIB no ano de 2018, e representou um crescimento de 3,17% em comparação ao ano anterior.

O Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, CEPEA, verifica que a agroindústria vem demonstrando reação desde o segundo semestre de 2017, influenciada pelos sinais de recuperação da economia brasileira. Quanto aos preços,

estimativas apontam queda de 7,6% indicando que os produtos do setor estão se desvalorizando frente a economia.

Em meio às crises nacionais, o agronegócio brasileiro vem com superávit constante, conforme figura abaixo, a participação do agronegócio no PIB cresceu 0,24 trilhões, já a produção teve um aumento de 74,35% comparada entre 2004/2005 a 2013/2014, enquanto a área plantada teve um aumento de 18,75% em comparação ao mesmo período.

Figura 1 – Participação do agronegócio no PIB brasileiro entre 2003 e 2013.



Fonte: Cepea/USP e CNA

O agronegócio possui um significativo valor estratégico em nossa economia, os principais produtos agropecuários são o álcool e açúcar, café, carnes e couro, produtos de origem bovina, suína e aves, soja, fruticultura e produtos florestais.

Cada vez mais o agronegócio se torna o motor da economia nacional, sendo fonte empregadora e de geração de renda, com desempenho que vem superando o desempenho do setor industrial (MAPA, 2011).

3 AGRONEGÓCIO EM SANTA CATARINA

O estado de Santa Catarina representa 1,12% do território nacional e 16,91% da região sul (IBGE, 2015). Vários setores produtivos contribuem para que a economia estadual esteja entre as 10 maiores do país. O estado é o quinto maior produtor de ali-

mentos no país, com 193 mil estabelecimentos agrícolas. Destes, 169 mil são da agricultura familiar. A agricultura e pecuária representam cerca de 8% do PIB do estado e o agronegócio representa cerca de 29% do PIB, o agronegócio gera em média 700 mil empregos diretos e movimenta R\$61 bilhões. Segundo o Sindifisco, 90% das propriedades rurais do estado são classificadas como de agricultura familiar.

Santa Catarina vem apresentando nos últimos anos exportações superiores as importações, diminuindo o déficit na balança comercial que vinha desde o ano de 2009.

O agronegócio e as indústrias são os dois maiores geradores de receita no estado. Segundo a Secretaria de Agricultura no estado, no ano de 2017 o crescimento foi de 12% em comparação a 2016. Segundo Moacir Sopelsa, secretário do estado da agricultura e da pesca:

Somos um estado feito de pequenas propriedades rurais e mesmo assim conseguimos ser altamente produtivos. Os produtores rurais são dedicados e o Governo do Estado é um grande parceiro no desenvolvimento do meio rural catarinense. Isso tudo faz de Santa Catarina o maior produtor nacional de suínos e o segundo maior produtor de aves, reconhecido internacionalmente pela qualidade de seus produtos (SOPELSA, Moacir, 2018)

Com grande representatividade no PIB nacional, os produtores agrícolas tiveram duas safras distintas, a de 2016 com baixa na produção, mas com aumento do valor e a de 2017 considerada uma safra cheia, com grande volume dos produtos, mas com queda no preço dos produtos.

De acordo com dados divulgados pela secretaria de agricultura do estado no ano de 2018 o agronegócio foi responsável por 66% das exportações catarinenses, com um faturamento de US\$5,4 bilhões. Os principais produtos de exportação no estado é o frango, a soja e suíno.

A população catarinense é formada por diversas etnias, predominando portugueses, alemães e italianos. Desta forma, a prática da agricultura mostrou-se de origem bastante diversificada. Com o conhecimento adquirido em seus países de origem, estes povos aprimoraram o cultivo local e a partir disto, foram surgindo as primeiras indústrias da região. (BAUMGARTEN, 2011).

4 AGRONEGÓCIO NO ALTO VALE DO ITAJAÍ

A região do alto vale do Itajaí é composta por 28 municípios com renda predominante agrícola. Segundo estimativa do IBGE, em 2017 a população era de 293.252 habitantes.

Segundo informações no site da Secretaria de Agricultura de Santa Catarina, no alto vale a agricultura tem grande representatividade econômica, e em municípios como Presidente Getúlio chega a 82%, enquanto em Vitor Meireles 65% da economia vem da agricultura.

O Infoagro/SC, é um sistema integrado de informações agropecuárias da Secretaria de estado da agricultura e da pesca de Santa Catarina e no site é disponibilizado dados das ultimas safras no estado, os dados permitem a divisão por microrregião. A seguir é apresentado as áreas plantadas, quantidade produzida e rendimento médio anual. Inicialmente apresenta-se os dados da safra 2012/2013 e em seguida a safra 2017/2018 e após o comparativo entre eles.

Quadro 01 - **Producao da Microrregiao de Rio do Sul Safra 2012/2013**

Producao da Microrregiao de Rio do Sul Safra 2012/2013			
Municipios	Area plantada	Qtde Produzida	Rend Medio anual (kg/ ha)
Agronomica	5.310,00	27.779,00	5.231,45
Aurora	4.667,00	56.072,98	12.014,78
Braco do Trombudo	734,00	4.836,00	6.588,56
Dona Emma	1.726,00	8.479,00	4.912,51
Ibirama	880,00	3.029,00	3.442,05
José Boiteux	2.068,00	7.128,00	3.446,81
Laurentino	983,00	4.304,00	4.378,43
Lontras	2.723,00	14.876,00	5.463,09
Mirim Doce	1.998,00	16.326,00	8.171,17
Pouso Redondo	5.098,00	24.783,00	4.861,32
Presidente Getulio	3.406,00	16.228,00	4.764,53
Presidente Nereu	1.841,00	5.646,00	3.066,81
Rio do Campo	5.754,00	24.082,00	4.185,26
Rio do Oeste	4.920,00	26.644,00	5.008,94
Rio do Sul	1.798,00	10.965,99	6.098,99
Salete	1.857,00	8.846,00	4.763,60
Taio	7.170,00	44.513,00	6.208,23
Tromb. Central	1.433,00	6.705,00	4.679,00
Vitor Meireles	4.196,00	14.631,00	3.486,89

Witmarsum	2.613,00	10.269,00	3.929,97
Total	61.175,00	334.142,97	5.462,08

Elaborada pela autora com base em informações contidas no site da Infoagro/ SC.

Com base na tabela apresentada da safra 2012/2013 podemos verificar a quantidade de hectares plantadas por município, a quantidade produzida e o quanto foi produzido por hectares.

Podemos verificar que o município com maior área de produção é Taio, porém a maior quantidade produzida é em Aurora, o que faz com que a maior rendimento médio seja desse município.

Quadro 02 - **Producao da Microrregiao de Rio do Sul Safra 2017/2018**

Producao da Microrregiao de Rio do Sul Safra 2017/2018			
Municipios	Area plantada	Qtde Produzida	Rend Medio anual (kg/ ha)
Agronomica	5.486,00	35.659,00	6.500,00
Aurora	5.119,00	67.116,00	13.111,15
Braco do Trombudo	1.379,00	45.007,00	32.637,42
Dona Emma	2.135,00	23.657,00	11.080,56
Ibirama	1.120,00	8.551,00	7.634,82
José Boiteux	2.239,00	19.242,00	8.594,02
Laurentino	1.423,00	19.784,00	13.903,02
Lontras	2.259,00	17.735,00	7.850,82
Mirim Doce	2.110,00	23.889,00	11.321,80
Pouso Redondo	7.243,00	91.512,00	12.634,54
Presidente Getulio	2.099,00	16.843,00	14.688,01
Presidente Nereu	2.099,00	74.997,00	14.688,01
Rio do Campo	6.725,00	85.445,00	12.705,58
Rio do Oeste	5.785,00	67.338,00	11.640,10
Rio do Sul	2.257,00	24.679,00	10.934,43
Salete	2.550,00	34.552,00	13.549,80
Taio	9.210,00	155.192,00	16.850,38
Tromb. Central	1.670,00	15.736,00	9.422,75
Vitor Meireles	4.869,00	51.679,00	10.613,88
Witmarsum	2.932,00	39.747,00	13.556,28
Total	73.716,00	918.360,00	12.458,08

Quando analisamos a tabela que apresenta a safra 2017/2018, concluímos como a produção aumentou em comparação ao aumento das áreas plantadas.

Taió continua sendo o município com a maior área plantada, porém nessa safra a maior quantidade produzida também está nesse município, enquanto o maior rendimento médio é de Braco do Trombudo.

A apresentação dessas tabelas vem ao encontro de informações do maior acesso às linhas de crédito e o aumento das políticas públicas de crédito rural. O Alto Vale do Itajaí tem grande relevância na produção agrícola catarinense, e o Banco do Brasil por exemplo está presente nos 28 municípios estudados.

Além do Banco do Brasil, as cooperativas de crédito cada vez mais tornam-se propulsores de linhas voltadas ao desenvolvimento de regiões e da agricultura.

5 CREDITO RURAL

Com o intuito de estimular os investimentos e auxiliar nos custos agrícolas, o crédito rural é destinado a produtores agrícolas pessoa física ou jurídica e associações de produtores rurais. Criado em 1965, através da Lei 4.829/65 e disciplinado pelo decreto 58.380/66, o crédito rural tem sido um fator decisivo no desenvolvimento rural brasileiro, com o objetivo de fornecer crédito com juro baixo para ajudar na aquisição de maquinários e custos da produção.

Os três principais objetivos do Sistema Nacional de Crédito Rural, são: (i) acesso ao crédito com taxas de juros abaixo das taxas de mercado; (ii) a exigência legal de que os bancos dediquem uma parte de seus depósitos à vista a linhas de crédito rural; e (iii) pequenos produtores e agricultores familiares se beneficiem de taxas de juros ainda mais baixas através de linhas de crédito direcionadas. (LOPES, Desiree; LOWERY, Sarah).

Conforme citado por Nicolluzi, o Crédito Rural é um importante instrumento de desenvolvimento econômico e social. As especificidades desta atividade suscitam em um risco na renda do produtor e, conseqüentemente, na oferta dos produtos agrícolas, inerentes ao fortalecimento econômico.

O setor participa em mais de 22% do Produto Interno Bruto nacional, sendo desde 2007 o principal responsável pelo saldo positivo na balança comercial, com uma participação expressiva de mais 40% nas exportações (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2014). Sua representatividade social se reflete na melhoria de

vida no campo e na qualidade da alimentação da população em geral, mas torna ainda mais necessária a ação do governo, por meio de políticas públicas, como agente moderador destes riscos.

As políticas de Crédito Rural são o principal instrumento de política setorial de apoio ao produtor e de promoção a esse crescimento e desenvolvimento socioeconômico da agropecuária nacional (BELIK, 2014).

Segundo o Guia do Crédito Rural 2017/2018, anualmente, a Confederação da Agricultura e Pecuária no Brasil, CNA, divulga um guia com as condições gerais do crédito rural para a próxima safra.

Nesse guia, contam finalidades e itens financiáveis, taxas de juros vigentes para o ano agrícola, classificação dos produtores de acordo com a renda do empreendimento, prazo para reembolso, garantias, cédulas de formalização de operações, instituições que atuam com o crédito rural, fontes de recursos, bem como regras específicas de programas de investimentos operados com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Segundo o manual do crédito rural do Banco do Brasil, são objetivos do crédito rural: a) estimular os investimentos rurais para produção, extrativismo não predatório, armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuado pelo produtor na sua propriedade rural, por suas cooperativas ou por pessoa física ou jurídica equiparada aos produtores; (Circ 1.268) b) favorecer o oportuno e adequado custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários; (Circ 1.268) c) fortalecer o setor rural; (Circ 1.268; Res 4.666 art 1º) d) incentivar a introdução de métodos racionais no sistema de produção, visando ao aumento da produtividade, à melhoria do padrão de vida das populações rurais e à adequada defesa do solo e proteção do meio ambiente; (Res 4.666 art 1º) (*) e) propiciar, através de crédito fundiário, a aquisição e regularização de terras pelos pequenos produtores, posseiros e arrendatários e trabalhadores rurais; (Lei 8.171) f) desenvolver atividades florestais e pesqueiras; (Lei 8.171) g) quando destinado a agricultor familiar ou empreendedor familiar rural, nos termos da Lei nº 11.326, de 24/7/2006, estimular a geração de renda e o melhor uso da mão-de-obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários, desde que desenvolvidos em estabelecimento rural ou áreas comunitárias próximas, inclusive o turismo rural, a produção de artesanato e assemelhados. (Lei 8.171 art 48 § 1º - redação dada pela Lei nº 11.718/2008)

As fontes dos recursos para o crédito rural podem ser classificadas conforme sua origem: recursos com taxas de juros controladas pelo governo e recursos com taxas livres. A exigência legal de que os bancos direcionem parte de seus depósitos à vista (34%) para linhas de crédito rural predomina como fonte de recursos do SNCR.

No ano-safra 2017-2018, cerca de 79,2% do volume de recursos desse sistema foi decorrente desta. (ARAUJO, Bruno Cesar; LI, Denise Leyi).

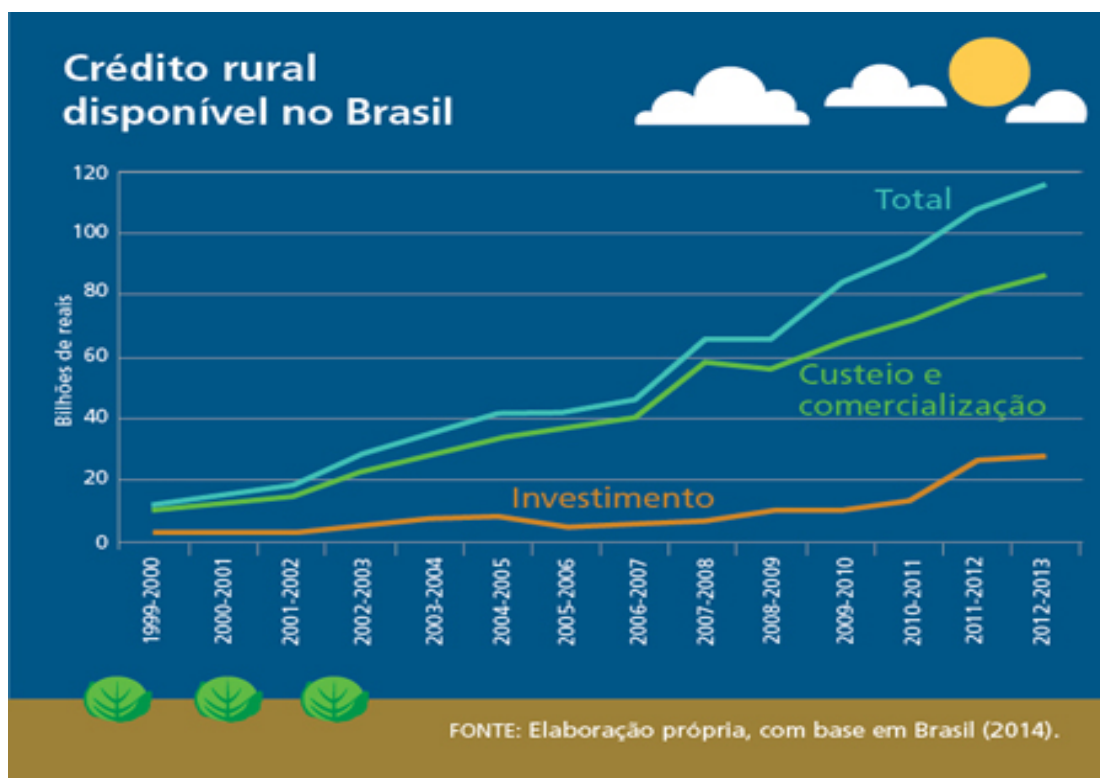
Para Kessel (2004), no conjunto de saldos bancários, no final de 2000, o BB ficou com 62% dos créditos, os bancos privados com 35% e os outros bancos públicos com 3% (esses saldos representam empréstimos concedidos em vários anos).

Os financiamentos concedidos no ano de 2000 apresentam as seguintes participações: o BB financiou 61% dos contratos e 43% do valor financiado; os bancos privados concederam 15% dos contratos, com 43% do valor, e os outros bancos públicos ficaram com 17% dos contratos e 9% do valor.

A pequena parcela restante ficou com as cooperativas (7% dos contratos e 5% do valor), o que demonstra o maior valor médio dos créditos dos bancos privados.

Conforme a figura abaixo, mostra a disponibilidade de recursos disponibilizados a cada ano, mostrando a evolução nos recursos disponíveis, passando de 80 bilhões no ano de 2013:

Figura 02 – Evolução do crédito rural no Brasil entre 1999/ 2000 a 2012/2013.



Fonte BNDES

A tabela abaixo apresenta as linhas de crédito rural disponíveis no Brasil, quem tem acesso, as taxas de juros e o prazo para pagamento:

Quadro 03 – Evolução do crédito rural no Brasil entre 1999/ 2000 a 2012/2013.

Linha	O que Financia	Quem tem acesso	Taxa de Juros	Prazo de Pagamento
Finame Agrícola	Aquisição de Máquinas, equipamentos e implementos agrícolas novos, produzidos no país	produtores, cooperativas, sindicatos, associações e condomínios	TJLP + taxa de 1,5% BNDES + taxa de intermediação financeira de 0,1% a 0,5% + taxa do banco.	Até 90 meses, incluídos os prazos máximos de carência de 2 anos.

MODERUNFR A (Programa de Incentivo a Irrigação e Armazenagem)	Investimentos em irrigação e armazenamento e construção; modernização, reforma e ampliação de instalações para guardar máquinas, implementos e insumos agropecuários.	Produtores rurais e cooperativas	7,5% ao ano para projetos de irrigação, 8,7% para os demais.	Até 12 anos com carencia de 3 anos
MODERFROTA (Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras)	Compra de tratores, colheitadeiras, pulverizadores, plantadeiras, etc	Produtores rurais e cooperativas	7,5% para renda bruta anual de até R\$90 milhões; 9% para renda bruta anual acima de R\$90 milhões.	Até 90 meses, incluídos os prazos máximos de carência de 2 anos.
MODERAGRO (Programa de Modernização da Agricultura e conservação de recursos naturais)	aquisição de equipamentos, fertilizantes, corretivos, defensivos agrícolas e sementes fiscalizadas ou certificadas, entre outros	Produtores rurais e cooperativas	8,75% ao ano	Até 10 anos, incluída carencia de 3 anos.
PCA (Programa para construção e Ampliação de armazéns)	Projetos para ampliação e/ou construção de armazéns, destinados a guardar açúcar, grãos, frutas, tubérculos, bulbos, hortaliças e fibras	Produtores rurais e cooperativas	7,5% ao ano	Até 15 anos com carencia de 3 anos
PRONAMP (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural)	Aquisição de máquinas, tratores, equipamentos e implementos destinados especificamente atividade agropecuária entre outros	médios produtores com renda bruta anual de até R\$1,6, milhão	7,5% ao ano	Até 8 anos, incluída a carencia de 3 anos
PRONAF (Mais alimentos)	Aquisição de equipamentos para melhoria da gestão dos empreendimentos rurais	pessoa física enquadrada como agricultor familiar	2,5% ao ano para operações entre R\$10 mil e R\$30 mil; 5,5% ao ano para operações acima de R\$30 mil	10 anos, com 3 anos de carencia

PROGRAMA ABC (Programa para redução da emissão de gases de efeito estufa na agricultura)	Aquisição de máquinas, implementos e equipamentos de fabricação nacional, inclusive para irrigação, investimentos para implantação de sistemas de integração de atividades como lavoura, pecuária e floresta	Produtores rurais e cooperativas	7,5% ao ano para produtores que se encaixem no Pronamp e 8% para os demais	depende do projeto, mas varia de 5 a 15 anos, com carencia de 1 a 5 anos
INOVAGRO (Programa de Incentivo a Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária)	Aquisição, implantação e recuperação de equipamentos e instalações de cafeicultura, olicultura, fruticultura e produção de mudas de espécies florestais, serviços de agricultura de precisão, entre outros	Produtores rurais e cooperativas	7,5% ao ano	Até 10 anos, incluída carencia de 3 anos.

Elaborada pela autora com base em consultas no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES e Confederação de Agricultura e Pecuária no Brasil, CNA.

O Banco do Brasil é o único banco que está presente nos 28 municípios do Alto Vale do Itajaí, e oferece diversas linhas de crédito rural auxiliando no crescimento e desenvolvimento rural, entre as linhas oferecidas esta o PRONAF, PRONAMP, Funcafé, FCO, que visam custear a produção, investimento, comercialização e capital de giro para o agronegócio.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil tem grande representatividade nas vendas do agronegócio ao exterior, porém além disso, forma internamente mão de obra e polos de crescimento e desenvolvimento do agronegócio.

O propósito principal desse trabalho foi mostrar a importância das linhas de crédito rural para o desenvolvimento de municípios de pequeno porte como é o caso do Alto Vale do Itajaí.

Através dos dados apresentados é possível verificar que Cooperativas, como é o caso Sicoob, estão presente em grande parte dos municípios do Alto Vale e possuem

linhas e agentes voltados ao desenvolvimento agrícola com visita nas propriedades e inseridos nas necessidades dos agricultores.

No caso específico da Sicoob, além de fornecer as linhas de repasse do governo como o Mais Alimentos, PRONAF, PRONAMP, BNDES, conta ainda com linhas próprias para custeio e que possuem maior agilidade na liberação e aprovação dos recursos.

A pesquisa mostrou que em relação ao financiamento à agricultura, faz-se necessário citar o Banco do Brasil que é o principal banco fomentador do desenvolvimento regional, através dos repasses das linhas de crédito disponibilizadas pelo governo.

A grande maioria dos municípios estudados, se utilizam das linhas de repasse do governo. Já os bancos privados como Itaú, Bradesco e Santander, tem baixa representatividade no desenvolvimento da região estudada.

Conclui-se com esse estudo, que a influência do crédito rural no desenvolvimento de municípios e regiões, como o Alto Vale do Itajaí, grande destaque agrícola no estado de Santa Catarina, tem grande relevância a utilização das linhas rurais voltadas ao desenvolvimento e custeio.

7 REFERÊNCIAS

NEGRI, Joao Alberto de, et al; Organizadores. Financiamento do Desenvolvimento no Brasil. IPEA. Brasília, 2018.

ARAUJO, Luis Augusto. PADRAO, Glaucia de Almeida. O Agronegócio na balança comercial catarinense no século 21: Onde estamos e o que fazer. Jan, 2016.

NICOLUZZI, André Luiz. Crédito Rural: uma análise da evolução de suas normas baseadas nas aplicações na Cresol Aguas Mornas. UFSC, Florianópolis, Julho de 2015.

LUCCHI, Bruno Barcelos, et al. Guia do Crédito Rural, Safra 2017/2018.

LOPES, Desiree; LOWERY; Sarah. Crédito Rural no Brasil: Desafios e Oportunidades para a promoção da agropecuária sustentável. Novembro, 2015.

RAICES, Carlos. Guia Valor Econômico de Agronegócios. São Paulo, Globo, 2003.

PACHECO, Alessandro Mendes, et al. A importância do agronegócio para o Brasil – Revisão de Literatura, Número 19, Julho de 2012.

TWARDOWSKI, Cristiano, et al. Representatividade de Santa Catarina no agronegócio brasileiro: série histórica 2005 a 2015. IFC campus Araquari, 2015.

BAUMGARTEN, CHRISTINA E. F. A indústria em Santa Catarina: segmentos ativos e empresas destaque. Florianópolis: HB Editora, 2011.

<http://www.sc.gov.br/index.php/regionais/ibirama/agricultores-do-alto-vale-lembram-realizacoes-e-dificuldades-da-vida-no-campo> Acesso em 22 de Setembro de 2018

<https://www.amavi.org.br/municipios-associados/populacoes> Acesso em 22 de Setembro de 2018.

<https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/207186-agronegocio-responde-por-65-das-exportacoes-catarinenses-em-2017.html#.W6ZTMWhKjIU>
Acesso em 22 de Setembro de 2018.

<http://www.ecoagro.agr.br/agronegocio-brasil/> Acesso em 22 de Setembro de 2018.

<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/credito-rural> Acesso em 18 de Setembro de 2018.

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/credito-rural> Acesso em 18 de Setembro 2018.

<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2009/11/credito-rural> Acesso em 19 de Setembro de 2018.

<https://canalrural.uol.com.br/noticias/contratacao-de-credito-rural-soma-r-182-bi-no-1o-bimestre-de-2018-2019/> Acesso em 19 de Setembro de 2018.

<http://www.abag.com.br/conteudos/pesquisas> Acesso em 19 de Setembro de 2018.

<https://www.celuloseonline.com.br/as-10-principais-linhas-de-credito-rural/> Acesso em 30 de Setembro de 2018.

<https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/agronegocios/agronegocio---produtos-e-servicos/credito/credito-para-custeio#/> Acesso em 30 de Setembro de 2018.

<http://www.bcb.gov.br/pec/NotasTécnicas/Port/2001nt06creduralp.pdf>>. Acesso em 04 de março de 2019.

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>. Acesso em 03 de marco de 2019.

<https://www.portaldoagronegocio.com.br/pagina/o-que-e> Acesso em 5 de marco de 2019.

https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/pib_agronegocio_balanco_2017.pdf
Acesso em 05 de marco de 2019.

<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/releases/pib-agro-cepea-agroindustria-segue-impulsionando-pib-do-agronegocio-em-2018.aspx> Acesso em 05 de marco de 2019.

<https://www.nsctotal.com.br/colunistas/darci-debona/agronegocio-responde-por-66-das-exportacoes-de-sc> Acesso em 05 de marco de 2019.

<https://www3.bcb.gov.br/mcr/completo> Acesso em 24 de Marco de 2019.

<http://www.agronovas.com.br/safra-de-milho-deve-crescer-em-sc/> Acesso em 24 de Marco de 2019.

<http://publicacoes.epagri.sc.gov.br/index.php/RAC/article/view/99> Acesso em 24 de Marco de 2019.

<http://www.sindifisco.org.br/noticias/agronegocio-movimenta-r-61-bilhoes-na-economia-catarinense> Acesso em 24 de marco de 2019.